



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011

AMAZONAS EM TEMPO Câmara Federal aprova repasse de R\$ 500 milhões para Suframa	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O GLOBO Dilma recomenda: Trabalho, trabalho e trabalho em 2012	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Indústria está menos disposta a investir	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Mercosul tenta se proteger da crise com aumento de tarifas	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Alta do preço de commodities e guerra fiscal alteram saldo comercial nas regiões	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Red Bull dá asas a projeto de fábrica em Manaus	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Congresso promulga emenda constitucional que prorroga DRU até 2015	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MEU DIREITO Comissão aprova área de livre comércio em Marabá	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	



VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
TÍTULO Câmara Federal aprova repasse de R\$ 500 milhões para <u>Suframa</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O plenário do Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (21) emenda ao projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, de autoria do deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM), destinando R\$ 500 milhões para recuperação e ampliação da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ao EM TEMPO Online, Avelino disse que a proposta prevê que cerca de R\$ 150 milhões devem ser repassados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) já

em 2012 e os R\$ 350 milhões restantes parcelados ao longo de três anos.

“Já há algum tempo existe a necessidade de ajustes na infraestrutura da ZFM. É preciso modernizar nossa mais bem sucedida estratégia de desenvolvimento regional”, explicou o parlamentar.

A Suframa tem contingenciados junto ao Governo Federal recursos na ordem de R\$ 250 milhões. Nos últimos cinco anos, as negociações entre a autarquia e o Planalto têm sido difíceis.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma recomenda: Trabalho, trabalho e trabalho em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente diz que 'otimismo da vontade' também será importante para um ano novo próspero Chico de Gois chico.gois@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. A presidente Dilma Rousseff recebeu ontem "trabalho, trabalho, trabalho" e boa dose de otimismo aos brasileiros para que 2012 seja um ano próspero para o país. A prescrição foi feita aos prefeitos presentes à assinatura de convênios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) Saneamento, no Palácio do Planalto, e visa a driblar o impacto da crise internacional sobre a economia.

Ela aproveitou para celebrar a decisão do **Mercosul**, que anteontem, durante reunião de cúpula, resolveu ampliar de cem para 200 a lista de produtos que terão uma tarifa de **importação** de até 35%, para proteger os países do bloco da turbulência sobre o **comércio** exterior.

- Esta presidente aqui tem certeza de que nós teremos, em 2012, um ano próspero, e que é fundamental que a gente tenha duas atitudes. Primeiro, trabalho, trabalho e trabalho, para fazer do ano vem um Ano Novo próspero.

Mas também algo que é muito **importante**: aquele otimismo da vontade, que faz com que a gente supere as dificuldades e tenha coragem de perseguir os nossos objetivos - disse.

A presidente classificou a inclusão de mais cem produtos na Tarifa Especial de **Comércio** (TEC), anteontem, na cúpula do **Mercosul**, como uma grande conquista no contexto da crise: - Significa que o **Brasil** pode tributar nos níveis da Organização Mundial do **Comércio** (mais) cem produtos, ou seja: pode impedir um dos efeitos mais perversos desta crise, que vem sendo uma prática sistemática de competição, eu diria assim, muito pouco legal, através de práticas como dumping, como o uso da guerra cambial, da desvalorização artificial de moedas para tomar nosso **mercado** ou qualquer **mercado**.

Dilma aproveitou para criticar o Congresso dos Estados Unidos e de países europeus, sem citar nomes, acusando-os de provocar impasses que só agravam a crise.

E elogiou as relações políticas estabelecidas no Brasil, classificando-as como republicanas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria está menos disposta a investir		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para FGV, incertezas afetam contratações

SÃO PAULO. O fraco desempenho da economia nos últimos meses e as incertezas que persistem no cenário internacional diminuíram a disposição das indústrias de investir mais na produção e contratar em 2012. É o que mostra a Sondagem de Investimentos da Indústria de Transformação, divulgada ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com base nas expectativas de 880 empresas ouvidas entre outubro e novembro, o estudo revela que diminuiu o número de companhias que projetam aumento real das vendas em 2012.

Com relação aos investimentos, o número de empresas que planejam aumentar os investimentos caiu para 50%, contra 55% que previam o mesmo no bimestre outubro-novembro de 2010. Da mesma maneira, as companhias com planos de contratar mais trabalhadores diminuiu de 43% para 36%. Para o coordenador de Sondagens Conjunturais da

FGV, Aloisio Campelo, apesar do desempenho fraco da indústria no ano, não há sinal de rupturas no setor:

- A desaceleração da indústria este ano foi muito forte por causa dos juros altos e do câmbio desfavorável, que trouxe um aumento grande dos **importados**. As projeções menos favoráveis são um sinal típico dos anos de desaceleração econômica.

As mudanças na política econômica do governo, contudo, apontam para um cenário mais otimista para a indústria em 2012, segundo Campelo, desde que a situação na Europa não piore.

Os dados revelam também que as previsões para os investimentos são melhores que para a contratação de pessoal. O que, para Campelo, pode significar que a indústria o está buscando eficiência.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Mercosul tenta se proteger da crise com aumento de tarifas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Mercosul aumentará as taxas alfandegárias dos produtos extrazona para proteger seus produtores de uma queda da demanda por causa da crise internacional - medida esta que analistas consideram um direito e, ao mesmo tempo, um retorno ao protecionismo.

"É uma decisão corajosa, sábia e que respeita as regras do jogo da Organização Mundial do **Comércio** (OMC)", disse a presidente brasileira Dilma Rousseff, um dia depois da cúpula do **Mercosul** em Montevidéu, onde foi adotada a medida.

Segundo a presidente, a decisão busca enfrentar a competição "muito pouco leal" no **comércio** internacional devido à crise.

O **Mercosul** decidiu, na terça-feira, autorizar uma ampliação temporária da lista de exceções da Tarifa Externa Comum (AEC) que o bloco cobra dos produtos extrazona, para o quais se poderá aplicar alíquotas maiores, de até 35%, o máximo autorizado pela OMC.

O aumento tarifário, promovido pelo **Brasil** e pela Argentina é visto com cautela por sócios menores do bloco, e foi o mais debatido na terça-feira na cúpula de presidentes do bloco sul-americano em Montevidéu, disse à AFP uma fonte do encontro.

De fato, a decisão presidencial foi tomada depois que, nos últimos meses, os maiores sócios do bloco adotaram medidas protecionistas, afetando o **comércio** com os menores.

A Argentina aplicou medidas antidumping e licenças não automáticas aos produtos chineses, enquanto o **Brasil** anunciou, em setembro, um aumento de 30% do imposto aos veículos **importados** que não cumprem o mínimo de 65% de conteúdo nacional ou do **Mercosul** e anunciou restrições para os têxteis.

"Consideramos que o setor está sendo atacado", disse, no fim de semana o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega. "Já me cansei" de lutar contra a guerra de divisas.

Comecei a agir", acrescentou questionando as políticas cambiais dos Estados Unidos e da China, que favorecem a desvalorização de suas moedas provocando a apreciação do real brasileiro.

O Uruguai apoiou a decisão depois do "compromisso total" da presidente brasileira de que os bens de capital se mantenham com tarifas baixas e não se registrem problemas com a entrada de produtos ao Brasil, o principal **mercado** para os produtos uruguaios, disse à AFP o ministro da Indústria uruguaio Roberto Kreimerman.

"O Uruguai acompanhou os países, entendendo que são os grandes **mercados** os que mais precisam desse tipo de medidas, mas que é a região em conjunto que cresce ou não". Qualificou a decisão como "uma medida de defesa comercial e de proteção, ante uma situação que se torna imprevisível".

Vera Thorstensen, coordenadora do Centro de **Comércio** Global da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse à AFP que a decisão do **Mercosul** "está dentro das regras" e evitou qualificá-la de protecionismo.

"É um direito que cada país negociou desde que o Gatt era Gatt em 1947. O **Brasil** tem direito a ter tarifas de até 35%", enfatizou.

Thorstensen avaliou que estamos "vivendo um momento de guerra cambial" e "há muitos países com moedas desvalorizadas", citando os Estados Unidos, vários países da Europa, Coreia e China.

"Se eles estão usando (a ferramenta do) câmbio (para defender suas economias), o **Brasil** tem o direito de aumentar as tarifas", avaliou.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Alta do preço de commodities e guerra fiscal alteram saldo comercial nas regiões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Marta Watanabe e Rodrigo Pedroso | De São Paulo

A alta de preço das commodities, aliada à guerra fiscal do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) na **importação**, provocou uma mudança na estrutura de **importação** e **exportação** nas cinco regiões do país. Combinados, os dois fenômenos acentuaram o déficit das regiões Sul e Nordeste e ampliaram o saldo positivo do Sudeste e do Norte. Nos 12 meses encerrados em outubro, os Estados do Sudeste tiveram superávit comercial de US\$ 21,82 bilhões, muito superior aos US\$ 8,43 bilhões dos 12 meses anteriores. A ampliação de saldo positivo foi resultado da elevação da **exportação**, que cresceu 36,1% no período, em ritmo mais forte que as **importações**, que tiveram alta de 25,3%. As vendas ao exterior da região Sudeste foram puxadas principalmente pela **exportação** de petróleo e minério de ferro.

Dentro da pauta de **exportação** do Sudeste, os dois produtos saíram de um total de US\$ 27,6 bilhões vendidos de janeiro a outubro de 2010 para US\$ 40,6 bilhões comercializados nos primeiros dez meses deste ano. "Foram os preços que comandaram a elevação e tiveram influência na mudança dos saldos comerciais das regiões", diz Rafael Bistafa, economista da Rosenberg e Associados. Enquanto o valor **exportado** com os dois produtos teve aumento de 47,1% no período, o volume de petróleo vendido ao exterior pelo Sudeste teve alta de apenas 4,3%. O de minério de ferro também cresceu pouco, com elevação de 2,35%.

A elevação do preço do minério de ferro também puxou as **exportações** dos Estados do Norte e ampliou bastante o saldo positivo da região. Nos 12 meses encerrados em outubro o Norte teve superávit comercial de US\$ 5,64 bilhões, alta significativa em relação aos US\$ 1,02 bilhão dos 12 meses anteriores. A venda ao exterior de minério de ferro, no mesmo período, saltou de US\$ 5,37 bilhão para US\$ 10 bilhões, o que significa 58,8% da pauta de **exportação** da região. As **importações** também tiveram bom crescimento no Norte, em razão do desembarque de componentes eletrônicos para a **Zona Franca de Manaus**.

A alta do preço do petróleo em 2011, na comparação com 2010, não trouxe impacto somente nas **exportações**. O aumento de preço do óleo bruto e derivados também contribuiu para elevar o valor das **importações** de algumas regiões, como o Sul e o Nordeste.

Nos Estados do Sul, por exemplo, os desembarques de petróleo e nafta - derivado de petróleo que é insumo **importante** para a cadeia de resinas plásticas - subiram de US\$ 5,47 nos 12 meses encerrados em outubro de 2010 para US\$ 6,89 nos 12 meses seguintes, ajudando a pressionar o valor das **importações**. Nesse período, a **importação** da região Sul passou de US\$ 31,8 bilhões para US\$ 40,4 bilhões.

A guerra fiscal de **ICMS** também dá sua contribuição no aumento de desembarques da região. Outro fator que explica a elevação de **importação** do Sul é a entrada de automóveis no país, de acordo com o economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), Rogério Cezar de Souza. Além dos carros **importados** da Argentina, o porto de Itajaí, em Santa Catarina, também atrai os produtos, que entram pagando menos impostos e são repassados a **mercados** maiores, no Sudeste.

O incentivo da chamada guerra fiscal pesa na balança da região. "É mais atrativo para o **importador** entrar com o produto pelo Sul e depois fretar para todo o país", diz Souza.

O consultor tributário Clóvis Panzarini explica que o benefício de **ICMS** na **importação** costuma adiar o pagamento do imposto para o momento em que há transferência da **mercadoria** para outro Estado, com crédito presumido de até 75% do imposto devido na operação. Isso quer dizer que, na transferência interestadual tributada a 12%, o Estado em que a **mercadoria** desembarca recolhe 3% de **ICMS** e a empresa deixa de recolher 9%.

"É uma vantagem suficiente para fazer a **mercadoria** ser desembarcada em locais distantes do **mercado** consumidor", diz Panzarini, que já foi coordenador de administração tributária da Fazenda paulista. Ele lembra que os incentivos de **ICMS** na **importação** têm transferido desembarques não só para Estados do Sul, como também para os do Nordeste.

No Sul, adubos e fertilizantes também cresceram na pauta de **importações**, passando de US\$ 53 milhões para US\$ 176 milhões. A elevação reflete a safra recorde de grãos, que deve fechar o ano em cerca de 159 milhões de toneladas, número 6,6% maior do que o registrado em 2010, segundo o IBGE. "O **Brasil** não produz dois componentes necessários para a fabricação desse produto, então temos que buscar lá fora."

A **importação** de ureia com nitrogênio, componente do adubo, teve, na pauta da região Sul, variação mais expressiva, saindo de US\$ 243 milhões, de janeiro a outubro de 2010, para US\$ 419 milhões nos primeiros dez meses deste ano.

O Nordeste passa por um processo mais intenso de aumento de **importações**. Com a queda na **produção** industrial física, que está negativa em 4,9% no acumulado de janeiro a outubro em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do IBGE, o consumo na região foi substituído em parte por **importados**.

A indústria cearense, por exemplo, encolheu 12,6% no acumulado de janeiro a outubro em comparação com o mesmo período de 2010. Os setores de calçados, vestuário e têxtil diminuiram neste ano em função da competição com similares

asiáticos. "A indústria nordestina é forte em setores de base, como o alimentício e o de mão de obra intensiva, e o tradicional, como petróleo e madeira. Ela não é diversificada. Com a valorização do real, os produtos perderam competitividade e deram espaço aos **importados**", diz Souza.

Além disso, de forma parecida com o Sul, o aumento nos preços dos derivados de petróleo pesou na balança dos nordestinos. "Houve também uma posição estratégica da Petrobras, que diminuiu a **produção** no Nordeste em relação ao ano passado, privilegiando o Sudeste", afirma Souza. "Com isso, aumentou o consumo de derivados **importados**, que estão mais caros no **mercado** internacional."

Algodão e etanol também ganharam importância na pauta de **importações** da região. Enquanto os nordestinos compravam US\$ 37 milhões em algodão bruto no acumulado de 12 meses até outubro de 2010, no período seguinte, o montante foi a US\$ 246 milhões. Com o direcionamento de parte da safra de cana para a **produção** de açúcar, o etanol **importado** ganhou importância na balança. O consumo passou de US\$ 6 milhões para US\$ 256 milhões.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Red Bull dá asas a projeto de fábrica em <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O grupo acaba de obter sinal verde do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) para o projeto de uma indústria de bebidas não-alcoólicas em Manaus.

A austríaca Red Bull está dando asas aos planos de construir sua primeira fábrica no Brasil e nas Américas: o grupo acaba de obter sinal verde do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) para o projeto de uma indústria de bebidas não-alcoólicas em Manaus (AM).

Aprovado em reunião do conselho nesta semana, o investimento de R\$ 509 milhões prevê a implantação, no polo industrial de Manaus, da primeira indústria da marca fora da Europa.

Hoje, o energético é fabricado na Áustria e na Suíça. As duas fábricas europeias concentram o envase das mais de 4,5 bilhões anuais de latas que abastecem 140 países.

No Brasil, as vendas somam 190 milhões de unidades por ano, importadas na sua totalidade.

Com o aval do Codam, agora a implantação da unidade da Red Bull em Manaus depende da inclusão de bebidas energéticas e isotônicos no Processo Produtivo Básico (PPB) de bebidas.

Já aprovada em consulta prévia na Suframa, a alteração aguarda aval do Ministério do Desenvolvimento.

A empresa espera que a aprovação saia nas próximas semanas.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Congresso promulga emenda constitucional que prorroga DRU até 2015		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Emenda Constitucional 61, que prorroga até 31 de dezembro de 2015 a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) pelo Congresso Nacional, foi promulgada

ontem. Ela vai permitir que o **Governo Federal** continue usando livremente 20% da arrecadação dos tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas, em um montante estimado de R\$ 62,4 bilhões. ABr

	VEÍCULO MEU DIREITO	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão aprova área de livre <u>comércio</u> em Marabá		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Reinaldo Ferrigno Francisco Praciano apresentou parecer favorável ao projeto.

A Comissão de **Desenvolvimento** Econômico, Indústria e **Comércio** aprovou na última quarta-feira (14) o Projeto de Lei 1119/11, do deputado Lira Maia (DEM-PA), que cria uma área de livre **comércio** de **importação** e **exportação** no município de Marabá, no Pará. As áreas de livre **comércio** contam com regime fiscal especial, com a finalidade de promover o **desenvolvimento** local.

O relator, deputado Francisco Praciano (PT-AM), recomendou a aprovação da proposta. Ele concordou com os argumentos apresentados pelo autor da matéria. Segundo Lira Maia, todos os estados amazônicos já têm, no mínimo, um município reconhecido como área de livre **comércio**, com a única exceção do Pará, “circunstância que coloca o estado em

uma situação de evidente desvantagem fiscal em relação aos vizinhos, no que tange à atração de investimentos produtivos”.

O autor destaca ainda que Marabá preenche todos os requisitos para ser contemplada. A cidade é um centro do **desenvolvimento regional**, que tem como principais atividades econômicas a mineração e a agropecuária.

Tramitação

O projeto, de caráter conclusivo, já foi aprovado pela Comissão da **Amazônia**, Integração Nacional e de **Desenvolvimento Regional**. Agora será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.